

Apresentação.....	17
Prefácio.....	19
Introdução.....	21

Parte I

1. Gestão de Trânsito.....	25
1.1. Conceito.....	27
1.2. Gestão do Trânsito no Brasil.....	28
1.3. Gestão do Trânsito no Município.....	30
1.4. Papel do Gestor de Trânsito Municipal.....	31
1.5. Ética Profissional.....	33
1.6. Lei de Responsabilidade Fiscal.....	35
1.7. Lei de Transparência.....	35
1.8. Lei de Acesso à Informação.....	37
1.8.1. Direito de Petição no CTB.....	38
1.8.2. Divulgação da Receita Arrecadada e sua Destinação.....	39
1.8.3. Divulgação Nominal de Autoridades e Agentes.....	41
1.9. Lei de Licitações e Contratos.....	42
1.10. Lei de Concessões e Permissões.....	44

Parte II

2. Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito ou Rodoviários dos Municípios.....	47
2.1. A Criação do Órgão ou Entidade.....	49
2.2. A Não Criação do Órgão ou Entidade.....	53
2.3. Órgão Executivo de Trânsito ou Rodoviário dos Municípios.....	56
2.3.1. Tipos de Órgãos Públicos.....	57
2.4. Entidade Executiva de Trânsito ou Rodoviária dos Municípios.....	58
2.4.1. Tipos de Entidades Públicas.....	59
2.4.1.1. Autarquia.....	59
2.4.1.2. Fundação Pública.....	60
2.4.1.3. Empresa Pública.....	60
2.4.1.4. Sociedade de Economia Mista.....	64
2.5. Lei das Estatais.....	66

Parte III

3. Estrutura Municipal	69
3.1. Engenharia de Tráfego e Sinalização	71
3.1.1. Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.....	77
3.1.2. Manual de Procedimentos para o Tratamento de Polos Geradores de Tráfego	78
3.1.3. Implantação e Manutenção de Sinalização	79
3.2. Operação e Fiscalização de Trânsito	80
3.2.1. Operação de Trânsito	81
3.2.2. Fiscalização de Trânsito.....	82
3.2.2.1. Fiscalização Presencial.....	83
3.2.2.2. Fiscalização por Videomonitoramento	84
3.2.2.3. Fiscalização por Sistemas Automáticos.....	85
3.2.2.4. Novas Tecnologias.....	89
3.2.3. Policiamento Ostensivo de Trânsito.....	90
3.2.4. Patrulhamento	91
3.2.5. Fiscalizações Especiais.....	91
3.2.6. Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito.....	93
3.2.7. Procedimento de Autuação.....	95
3.2.8. Aplicação de Medida Administrativa	98
3.2.8.1. Retenção do Veículo.....	100
3.2.8.2. Remoção do Veículo.....	102
3.2.8.3. Transbordo do Excesso de Carga.....	103
3.2.8.4. Recolhimento de Animais	104
3.2.8.5. Remoção de Mercadora ou Material.....	105
3.2.9. Pátio de Custódia de Veículos	106
3.2.10. Procedimento de Liberação de Veículos	109
3.2.10.1. Liberação Municipal	115
3.2.10.2. Liberação Estadual.	116
3.2.11. Leilão de Veículos	117
3.3. Gestão de Infrações.....	122
3.3.1. Julgamento da Consistência do AIT	123
3.3.2. Processamento do AIT.....	124
3.3.3. Registro Nacional de Infrações de Trânsito	125
3.3.4. Notificação da Autuação	127
3.3.4.1. Indicação do Condutor Infrator.....	132
3.3.4.2. Defesa da Autuação.....	137
3.3.4.3. Penalidade de Advertência por Escrito.....	139
3.3.5. Notificação da Penalidade.....	142
3.3.5.1. Fluxograma dos Prazos Decadencial e Prescricional no Processo de Imposição de Penalidade	146
3.3.5.2. Recursos Administrativos	149
3.3.5.3. Pagamento da Multa.....	154
3.3.5.4. Parcelamento de Valores de Multa, Remoção e Estada....	156
3.3.6. Sistema de Notificação Eletrônica.....	158
3.3.7. Sistemas Integrados de Gestão de Infrações.....	159
3.3.8. Arrecadação e Destinação dos Valores de Multa	160
3.3.8.1. Fundo Nacional de Segurança e Educação no Trânsito ...	162
3.3.8.2. Outras Fontes de Arrecadação	164

3.4. Educação de Trânsito	165
3.5. Estatística	168
3.6. Junta Administrativa de Infrações de Trânsito	171
3.6.1. Criação	172
3.6.2. Composição	173
3.6.3. Nomeação de Membros	174
3.6.4. Impedimentos.....	174
3.6.5. Vedações.....	175
3.6.6 Mandato.....	175
3.6.7. Regimento Interno.....	175
3.6.8. Funcionamento.....	176
3.6.9. Julgamento dos Recursos	177
Parte IV	
4. Agente de Trânsito	179
4.1. Aspectos Gerais	181
4.2. Admissão	184
4.3. Curso de Agente de Trânsito	186
4.4. Credenciamento.....	187
4.5. Curso de Atualização	188
4.6. Assistência Social e Psicológica.....	189
4.7. Uniforme	189
4.8. Armamento de Agentes.....	190
4.9. Regimento Interno ou Disciplinar.....	191
4.10. Dispensa.....	192
Parte V	
5. Autoridade de Trânsito	195
5.1. Aspectos Gerais	197
5.2. Competências	199
Parte VI	
6. Competências dos Órgãos e Entidades Executivos de Trânsito ou Rodoviários dos Municípios	203
6.1. Aspectos Gerais	205
6.2. Constituição Federal	206
6.3. Constituição Estadual	207
6.4. Lei Orgânica	207
6.5. Plano Diretor	207
6.6. Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.....	208
6.7. Lei Municipal (criadora ou autorizadora).....	209
6.8. Estatuto Social (entidade).....	209
6.9. Outras Leis Municipais.....	210
6.10. Normais Infralegais	210
6.11. Estatuto das Cidades.....	211
6.12. Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana	211

6.12.1. Plano de Mobilidade Urbana Municipal	212
6.13. Código de Trânsito Brasileiro	213
6.14. Delegação de Competências por Convênio.....	217

Parte VII

7. Processo Administrativo para Imposição de Penalidade	221
7.1. Aspectos Gerais	223
7.2. Princípios Norteadores.....	224
7.3. Fluxograma do Processo Administrativo para Imposição de Penalidade.....	227
7.4. Trâmite Processual	227

Considerações Finais.....	233
----------------------------------	------------

Anexos

Anexo I – Legislação Complementar	237
Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012	237
Resolução CONTRAN nº 357, de 2 de agosto de 2010	256
Resolução CONTRAN nº 371, de 10 de dezembro de 2010	261
Resolução CONTRAN nº 514, de 18 de dezembro de 2014	280
Resolução CONTRAN nº 560, de 15 de outubro de 2015.....	286
Resolução CONTRAN nº 619, de 6 de setembro de 2016.....	291
Resolução CONTRAN nº 623, de 6 de setembro de 2016.....	310
Resolução CONTRAN nº 637, de 30 de novembro de 2016	334
Resolução CONTRAN nº 638, de 30 de novembro de 2016	341
Resolução CONTRAN nº 697, de 10 de outubro de 2017.....	351
Resolução CONTRAN nº 709, de 25 de outubro de 2017.....	355
Resolução CONTRAN nº 710, de 25 de outubro de 2017.....	356
Resolução CONTRAN nº 736, de 5 de julho de 2017	361
Portaria DENATRAN nº 59, de 25 de outubro de 2017	364
Portaria DENATRAN nº 94, de 31 de maio de 2017	374
Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017.....	378
Portaria DENATRAN nº 2, de 8 de janeiro de 2018	387
Portaria DENATRAN nº 149, de 12 de julho de 2018.....	413

Anexo II – Leiaute de Uniformes e Calçados.....	426
--	------------

Anexo III – Leiaute de Viaturas.	433
--	------------

Bibliografia	437
---------------------------	------------

Quem Somos Editora Letras Jurídicas	439
--	------------